

2.

O nosso brumoso atraso

Há palavras-conceitos ainda vivas em circulação, que definem o nosso brumoso atraso e, em seu fedor, viscosas, mancham-nos como escarros. Tais são: escravidão, putas, injustas, chicote, assassinos e ranços, analfabetos, ódio, mendigo, racismo, fome, guerra e outras... Seu uso dolorosamente se documenta a todos os momentos, por exemplo, nos jornais. Encerra cada uma o peso nebuloso de uma coação que alimenta muita rilhada frustração e muita injustiça vivida na exploração e solidão, contradição e amargura.

Antônio Cardoso, 1980.

2.1.

A longa duração do Racismo

A partir do trabalho **The invention of racism in classical antiquity** de Isaac Benjamin (*apud* Champion, 2004), deparamo-nos com duas novidades na reflexão sobre racismo. A primeira é uma nova percepção sobre os elementos fundadores do conceito “racismo moderno”, a partir do século XIX. A segunda é a defesa da existência de um “proto-racismo” anterior à própria definição do conceito de “racismo”. O “proto-racismo” seria uma relação que alguns autores, a exemplo de Benjamin, apontam sobre a existência de conteúdos preconceituosos e discriminatórios em civilizações antigas, em relação aos indivíduos de pele negra, tais como, nos impérios grego e romano, que carregavam um viés ligado a “raça” e ao “racismo” mesmo antes da existência dessas palavras. Segundo Benjamin, os termos “raça” e “racismo”, com os conteúdos que hoje conhecemos, foram definidos e assimilados como conceitos a partir do século XIX, por autores como: Cuvier, Buffon, Kant, Thomas Jefferson, entre outros. Para ilustrar essa idéia de “proto-racismo”, Benjamin nos fala do termo “negro”, utilizado pelos gregos como sinônimo de mácula, tanto moral, como física, enquanto para os romanos “negro” é signo de morte e de corrupção.

Isso nos faz crer que a longevidade das noções de uma atitude depreciativa com relação às pessoas de pele escura, ou ao que lhe é estranho, é bem mais antiga do que imaginávamos. Não obstante, Champion (2004, 2) nos mostra que mesmo nos trazendo a idéia de um “proto-racismo” o livro de Benjamin não está livre de contestação e críticas,

tanto ao seu tratamento no que diz respeito às idéias e filosofias políticas e sociais dos impérios grego e romano, quanto à sua abordagem com relação ao racismo, que fica presa a um conceito vinculado à idéia de um determinismo ambiental. Para Benjamin o conceito de racismo é:

Uma atitude em relação a indivíduos e grupos de pessoas, a qual pressupõe uma conexão direta e linear entre as qualidades físicas e mentais. O que, por conseguinte atribui a estes indivíduos e grupos de pessoas, traços coletivos físicos, mentais e morais, os quais são constantes e inalteráveis pela vontade humana, pois são causados por fatores hereditários ou influências externas, como clima ou a geografia (Benjamin In: Champion, 2004, 2).

Esse conceito está vinculado à idéia de um determinismo ambiental que foi muito bem recebido por alguns autores e criticado por outros, o que veremos mais adiante. Não obstante, o autor inova e engrandece o discurso da existência de atitudes que levavam às ações preconceituosas na era daqueles impérios. Para o autor essas atitudes começam a formar as noções de um racismo séculos depois. Um livro “meticulosamente pesquisado, impressionante por seu escopo, claramente apresentado e provocativamente estimulante na sua argumentação” (Champion, 2004, 4). É assim que o define Craige Champion na sua resenha. Mesmo usando descrições e conceitos de um racismo que só foi efetivado como tal no século XIX, Benjamin traz a exposição de que nos tempos dos antigos impérios já existiam antecedentes para a formação do Racismo moderno. É como bem lembra Lucien Febvre, “história, ciência do passado, ciência do presente” (Febvre In: Braudel, 1992, 14).

Mesmo não tendo a certeza da existência de ações que poderiam ser constatadas como discriminatórias ou depreciativas com relação ao “Outro”, existem relatos e escritos de viajantes que contam experiências de atitudes preconceituosas e discriminatórias para com os indivíduos de pele escura. Bernard Lewis, em seu livro **Race et couleur en pays d’Islam** (1982), relata as diferenças entre o tratamento dos escravos brancos e negros no século IX, na Arábia. Mesmo quando as duas raças estivessem convivendo em regime de escravidão, as regras para os escravos brancos eram mais amenas do que as dos escravos negros.

Ao mencionarmos o termo escravidão, deve-se deixar claro que o entendemos como uma prática antiga da humanidade e não o relacionamos somente com as condições que existiram no Brasil. Segundo Kabenguele Munanga:

A escravidão como modo de exploração só pode existir se se constituir uma classe distinta de indivíduos com um mesmo estatuto social. Essa classe distinta, dita

escrava, deve-se renovar de forma contínua e institucional, de tal modo que as funções a ela destinadas possam ser garantidas de maneira permanentemente e que as relações de exploração e classe exploradora (dos senhores) que delas se beneficiam possam também se reconstituir regular e continuamente. (Munanga: 2004, 26)

Sob esse aspecto, tanto Benjamin quanto Lewis trazem uma reflexão sobre a existência de um “proto-racismo” e sobre a idéia de uma pureza de sangue. Essa pureza de sangue, que se encontrava baseada nos ensinamentos religiosos - daí o início da naturalização do sistema escravista -, deu início à perseguição dos judeus, que também é considerada uma forma de Racismo. Podemos perceber que mesmo sem algumas precisões científicas a cerca de datas ou épocas, podemos falar da existência de atos preconceituosos ou, como nos relata Benjamin, de um “proto-racismo”. O fato é que essas atitudes permeiam as sociedades desde, no mínimo, o século IX, com a colonização árabe, que construiu desde então idéias e noções de uma naturalização do sistema escravista, a qual serviria como uma das bases da construção do conceito/ideologia racista do século XIX.

Quando falamos em “racismo” como um conceito, estamos apenas querendo trazer a idéia de um estudo sobre as raças. O conceito de raça foi usado para classificar os diversos tipos de raças existentes, desde o mundo animal, até o mundo humano. Já quando nos referimos a um racismo como ideologia, estamos nos pautando na idéia de que o Racismo se tornou uma doutrina, que é manipulada como arma política nas mãos de grupos dominadores. Como acredita Hannah Arendt, “toda ideologia que se preza é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como doutrina teórica” (Arendt In: Santos, 2002, 60).

Para alguns autores, a exemplo do cientista Tzevatan Todorov (1993), o final do século XVIII também foi marcado por idéias racistas. Ele confere a Buffon o mérito de ser um dos primeiros racialistas. Georges-Louis Leclerc Buffon foi um dos maiores naturalistas do século das Luzes, estudioso nas áreas exatas e na biologia. Buffon acreditava na existência das raças como uma evidência da ideologia determinista ambiental. Todorov também atribui aos iluministas as primeiras noções desenvolvidas de uma teoria racista, que logo iria se tornar “racismo” como um conceito.

Assim sendo, podemos perceber que a discussão sobre “racismo” gira em torno da duração social de uma ideologia. “Essa duração social, esses tempos múltiplos e

contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também o estofado da vida social atual” (Braudel, 1992, 43). Portanto, a discussão da ideologia do Racismo e de algumas de suas conseqüências pode ser analisada à luz da dialética da “longa duração”: “Que se trate do passado ou da atualidade, como consciência clara dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências sociais” (Braudel, 1992, 43). Como veremos adiante, o Racismo, para além de uma ideologia construída através da hierarquização dos homens e de suas culturas, poderá também ser enquadrado nos estudos sobre estrutura, que alguns historiadores identificariam como um estudo de “longa duração”.

A forma em que nasce o Racismo no final do século XVIII e a sua serventia nos estudos científicos sobre o desconhecido, trazidos ao Ocidente pelas navegações, precedem a sua utilidade legitimadora das descobertas científicas da pureza de uma raça superior. Já no século XX, esse biologismo se transforma para uma ideologia sociocultural, que sustenta os sistemas de dominação hierarquizados. Alguns traços do racismo moderno do século XIX cederam às rupturas da evolução do pensamento científico, porém outros ainda persistem no imaginário coletivo de diversas sociedades e de formas diferenciadas, como é o caso das diferenças de Racismo entre os Estados Unidos, a África do Sul e o Brasil, por exemplo. Por tudo isso, se faz necessário entendermos um pouco mais sobre a construção dessa ideologia.

Entender o conceito Racismo é fundamental para as discussões que abordaremos neste trabalho. A ideologia racista carrega em si a idéia de hierarquização das raças. Uma raça é apresentada como superior à outra, depreciando-a e construindo um sentido negativo e pejorativo para a raça inferiorizada. Atos, atitudes e situações vão ser permeados por tal ideologia e suas conseqüências fazem parte das nossas relações sociais e do nosso imaginário coletivo até os dias atuais.

Ao entendê-lo como uma ideologia de longa duração, já se pode perceber o quão amplo, abstrato e duradouro ele é. No entanto não estamos nem perto de desvendar suas nuances. Persistem várias leituras sobre o conceito Racismo e diversas utilizações do mesmo.

Desde a sua criação no século XIX - quando servia para legitimar a superiorização de uma raça em detrimento de outra, baseada na crença da existência de “raças” no sentido

biológico - até os dias de hoje, o conceito se sustenta e ainda serve como categoria de dominação do “outro”, através de diversas ações e atitudes. Hoje o Racismo se apresenta de forma mais sutil e amenizada, porém não menos contundente, pois se sabe que não existe “raça” no sentido biológico. Porém, as heranças perversas dessa idéia estão incrustadas no imaginário coletivo, de forma política, ideológica, social e cultural. Se já é difícil entendê-lo, questionamo-nos agora o quão difícil será superá-lo.

2.2.

O conceito de raça

O conceito de raça foi transportado das classificações da biologia e zoologia para as ciências sociais e relações humanas. No século XVII este conceito foi empregado para categorizar a diversidade humana e classificá-la. A partir desse momento os seres foram divididos em raças: branca, preta e amarela. A princípio essas classificações vinham no intuito de conhecer um pouco mais a respeito da diversidade humana. Até esse momento não havia problemas de ordem política e social. No entanto, essa classificação desemboca em uma hierarquização das raças que vai dar início ao racismo – discurso ideológico decorrente da Raciologia.

A Raciologia foi uma ciência que estudava as teorias racistas do final do século XVIII e que acreditava: “na existência das raças; na continuidade entre físico e o moral; na ação do grupo sobre o indivíduo; na hierarquia única de valores e na política fundada sobre o saber” (Santos, 2002, 46). A Raciologia alimenta o discurso da época, o racismo. O racismo defendia a legitimidade do sistema de dominação racial- teoria que conquistou muitos cientistas e que, tempos depois, foi usada pelos nazistas para justificar suas ações contra os judeus. Como bem nos demonstra Santos:

As raças que dividiam a humanidade de forma irreversível sobrepõem-se à igualdade dos cidadãos nas cidades. A realidade racial supera qualquer teoria do direito. Deste modo, a cada raça cabe um lugar no mundo e seus direitos são definidos pelo grau de importância que detém na ordem evolutiva. Ou seja, cada raça teria direito determinado por sua natureza (Santos, 2002, 49).

Visto isso, podemos perceber que o Racismo nasce de uma crença em que se percebia a hierarquização das raças de forma natural. Apesar de soar paradoxal, mas essa “naturalidade” foi sendo construída desde as primeiras colonizações árabes. Aquelas crenças religiosas evoluíram até a idéia, trazida pelos naturalistas dos séculos XVIII-XIX.

Esses acreditavam que a raça era a união dos grupos por características físicas e hereditárias. Aqui, entendemos o conceito de raça como uma construção ideológica que carrega em si a idéia de hierarquia. De acordo com Elisa Larkin Nascimento:

A noção de “raça”, firmemente embutida na hierarquia da cor, carece de realidade biológica, mas exerce uma função social de forte impacto concreto sobre a vida real. Trata-se do fenômeno de raça **socialmente construída** (Nascimento, 2003, 144). [Grifo nosso].

Como vemos, percebe-se a suma importância de entender que mesmo sem existir raça no sentido biológico, ela existe no senso comum. Os danos racistas e a continuidade da sustentação do conceito de “raça” estão presentes no cotidiano das pessoas. Como analisa Munanga (2004), os racistas continuam acreditando na existência de uma raça inferior, só que agora no sentido sociológico. Para eles a raça continua sendo uma fonte divisória de inferiorização e superiorização de um grupo em relação ao outro.

Podemos perceber que o Racismo é uma ideologia que está ligada à história e à cultura das civilizações ocidentais, que se pautou em biologizar a sociedade, categorizando-a em culturas superiores e inferiores. A ideologia racista é pilar das ações e atitudes discriminatórias e preconceituosas na sociedade desde o seu entendimento no século XIX, quando servia para legitimar a superiorização de uma “raça branca” em detrimento da raça negra, baseada na crença da existência de raças no sentido biológico, até os dias de hoje, que utiliza o Racismo de forma atualizada política e culturalmente.

Outra percepção que nos leva a crer na “naturalização” da superioridade das raças vem das interpretações cristãs da Bíblia desde a Idade Média, e o desencadeamento de “brincadeiras” pejorativas que começam a surgir e construir os imaginários coletivos. Nesse caso, podemos ampliar o racismo não só para uma análise da situação da população negra, mas também a situação dos judeus, que por causa da idéia de uma pureza de sangue sofreram, e ainda sofrem de uma discriminação e um racismo, havendo em alguns casos uma perda de identidade judaica. A religião católica trouxe consigo ideais que sustentavam a ideologia da pureza de sangue e fez com que muitos judeus se convertessem ao cristianismo para uma possível aceitação social, tornando-se cristãos-novos. “Para sobreviver às perseguições empreendidas pelo Santo Ofício, esse grupo tinha que ocultar suas raízes judaicas: ser judeu transformou-se em um ‘estado de espírito’” (Carneiro, 2005, 56). A idéia de pureza de sangue, que começa na Idade Média e estende-

se até o século XIX, legitimou os discursos dos cientistas daquela época que trabalhavam em torno do conceito da naturalização com relação à inferioridade entre as raças.

Como podemos perceber, o conceito da pureza de sangue chega até o século XIX e será usado para corroborar com a idéia de que a raça negra quando misturado com a raça branca construía uma nova raça: a mestiça ou mulata. O fruto dessa miscigenação era considerado por alguns cientistas como uma aberração, portanto seres impuros, ou “infectos”.

2.3.

Racismo à brasileira

A apresentação desses antecedentes históricos mostra que a problemática em torno da ideologia racista é de longa duração. Esse quadro inicial nos permite entender um pouco mais sobre racismo sociocultural ou “diferencialista cultural”, como o denomina Munanga, que começou a despertar a partir da segunda metade do século XX, após a constatação de que a “verdade científica” sobre “raça” não procedia. Apesar disso, o conceito de raça é utilizado por alguns pesquisadores até os nossos dias enquanto uma construção social para justificar a hierarquização da diversidade humana entre raças inferiores e superiores.

Trata-se aqui de um racismo por analogia ou metáforização, resultante da biologização de um conjunto de indivíduos pertencentes a uma mesma categoria social. É como se essa categoria social racializada (biologizada) fosse portadora de um estigma corporal. Temos, nesse caso, o uso popular do conceito de racismo, qualificando de racismo qualquer atitude ou comportamento de rejeição e de injustiça social (Munanga, 2004, 26).

Deste modo, percebem-se as conseqüências da construção de um conceito de raça que foi arquitetado por motivos ideológicos e políticos, o qual ainda ronda o nosso imaginário coletivo, constituindo um entrave para o enfrentamento do Racismo no Brasil. As questões que envolvem esta problemática no território nacional foram ainda escamoteadas por muitos anos diante do mito da democracia racial, como se houvesse uma convivência harmoniosa entre as populações negras, indígenas e brancas no Brasil.

Além disso, o Brasil passou por fases em sua história que degradaram a imagem dos negros no país e os colocaram em uma situação de marginalizados socialmente. Podemos mencionar a tentativa do branqueamento nacional que foi incentivada por meio

dos incentivos imigratórios no período pós-abolição. Essa tentativa de embranquecimento da população brasileira revelava uma preocupação em formar uma outra nação postulada na “superioridade” racial dos tipos brancos, desejando que a mestiçagem fosse intensa para que o grande contingente da população negra que configurava o país na época, sendo maioria, se “diluísse” embranquecendo.

Todo esse processo de branqueamento do povo brasileiro, através da miscigenação e da imigração européia, veio na tentativa da eliminação das ditas “raças inferiores”, respaldadas numa política eugenista que preconizava o tipo “ariano” como ideal. Esse debate foi adquirindo nuances das mais distintas, assumindo discursos vários culminando na década de 30 com Gilberto Freyre. Esse período marca uma mudança de olhar do biológico para o cultural, para se explicar as diferenças entre os negros, indígenas e brancos. Assim, na tentativa de resolver o problema da mestiçagem, deu-se um conteúdo positivo ao mestiço, não sendo mais visto como degenerado, atávico.

Ainda nesta linha de raciocínio, ou seja, do papel ideológico da metaforização, observamos que também ocorre um acobertamento pela noção de etnia, ao invés de “raça”, qualificando diversos tipos de atitude discriminatória, reação preconceituosa ou comportamento de injustiça social como Racismo, como nos explica Munanga. A noção de etnia legitima o uso popular do conceito de Racismo, ampliando os seus conteúdos de tal maneira que se corre o risco de perder a especificidade da questão racial como tal. Visto isso, percebemos que o conceito de raça ainda é utilizado por alguns pesquisadores, na medida em que ainda se acredita em raças hierarquizadas.

Em contrapartida outros pesquisadores utilizam o conceito de etnia, que traz em si uma categorização sociocultural dos indivíduos ao invés de uma definição biológica. Todavia, como sabemos que “raça” e “racismo” não são mais vistos a partir dos preceitos biológicos e sim políticos, ideológicos e sociais, o uso de “raça” ou etnia, nesse sentido não terá muita diferença. Como nos lembra Munanga:

Essa substituição não muda em nada a realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo (...) O que mudou são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subtende a dominação e a exclusão ficou intacto (Munanga, 2004, 29).

O Racismo do século XX se constrói a partir dos legados do conceito de “raça”, porém se desenvolve em torno da história e das formas de um não reconhecimento de um

“Outro” na sociedade. Dá-se início ao discurso da aceitação das diferenças, do multiculturalismo, da diversidade cultural, etc. Este é um discurso necessário, porém ambíguo e, portanto arriscado, porque ele consegue se adequar às várias agendas político-ideológicas. As bandeiras levantadas pelos militantes dos diversos movimentos sociais pela tolerância às diferenças se encontram e se confrontam.

Diante dessa realidade, a partir da década de 1970, os movimentos de resistência a uma globalização cultural dão seus primeiros sinais de vida. Ao mesmo tempo em que o conceito Racismo e seus novos conteúdos e implicações vão sendo incorporados pela sociedade, retomam-se as discussões sobre identidade, agora de forma diferente da década de 1930, quando havia como ideal a construção de uma identidade nacional, universalista. Nesse contexto foi pautado o tema da construção de uma identidade negra, um discurso que tomaria corpo rapidamente, tanto entre as militâncias dos movimentos sociais negros, quanto nas universidades.

Quando falamos de Racismo, há que se fazer uma reflexão sobre as formas em que este se desenvolveu nas diferentes sociedades. O racismo dos Estados Unidos e da África do Sul do regime do *apartheid* se desenvolveu a partir de uma noção absoluta das diferenças (Munanga, 2004). A dinâmica desse tipo de Racismo levou às políticas segregadoras ou de *apartheid*, construindo assim sociedades pluriculturais hierarquizadas e antidemocráticas. Já o modelo de Racismo construído no Brasil era um modelo universalista que se pautou na miscigenação e na idéia de mestiçagem. “Esse modelo supõe a negação absoluta da diferença, ou seja, uma avaliação negativa de qualquer diferença (Munanga, 2004, 126)”.

A elite brasileira, preocupada com a construção de uma unidade nacional, de uma identidade nacional, via esta ameaçada pela pluralidade étnico-racial. A mestiçagem era para ela uma ponte para o destino final: o branqueamento do povo brasileiro (Munanga, 2004, 124).

Para analisarmos a construção dessa nova identidade proposta na década de 1970, é necessário fazer uma contextualização do que foi a busca dessa unidade advinda de um modelo sincrético e “assimilacionista” até a crise do conceito de identidade nacional, vivenciada com intensidade a partir da segunda metade do século XX (Munanga, 2004). Esse sentimento de identidade ou cultura nacional vinha sendo construído pela elite brasileira e legitimado pelas universidades, através dos seus cientistas sociais, como foram

os casos de Raimundo Nina Rodrigues e Arthur Ramos, no início do século XX. Esse chegou ao seu ponto mais alto como ideologia de uma nação mestiça na década de 1930 – sob o governo de Getúlio Vargas – legitimado por cientistas sociais, a exemplo de Gilberto Freyre, e incorporado no imaginário social e cultural do país. O poema *História Pátria*, do poeta Ascenso Ferreira⁶, traduz bem essa noção popularizada da formação mestiça do povo brasileiro:

Plantando mandioca, plantando feijão,
colhendo café, borracha e cacau,
comendo pamonha, canjica e mingau,
rezando de tarde nossa ave Maria,
Negramente...
Caboclamamente...
Portuguesamente...
A gente vivia.
De festas no ano só quatro é que havia
Entrudo e Natal, Quaresma e Sanjoão!
Mas tudo emendava num só carrilhão!
E a gente vadiava, dançava e comia
Negramente...
Caboclamamente...
Portuguesamente...
Todo santo dia!...
(...)

No lirismo, dessas palavras estava apresentada uma narrativa da busca de um único ser social: o brasileiro. No entanto, este arquétipo humano tem suas raízes herdadas da Europa, visto que “seu rei não era daqui”, como afirma o poema um pouco mais adiante. E muitos foram à Paris para beber diretamente das fontes de “sabedoria”, como sugere outra rima do mesmo poema. Nesse discurso não importava quão diferentes os indivíduos poderiam ser em termos de classe social, gênero ou cor da pele, o que importava naquela época era que todos pertenciam a grande nação, que era “naturalmente” católica, pois tudo “emendava” no mesmo “carrilhão”. Segundo Canclini,

As oligarquias liberais do final do século XIX e início do XX teriam feito de conta que constituíam Estados, mas apenas organizaram algumas áreas da sociedade para promover um desenvolvimento subordinado e inconsistente; fizeram de conta que formavam culturas nacionais e mal construíram culturas de elite, deixando de fora enormes populações indígenas e camponesas que evidenciam tal exclusão em mil revoltas e na migração que “transtorna” a cidade (Canclini, 1999, 150).

⁶ O poeta Ascenso Ferreira foi contemporâneo de Gilberto Freyre e dele recebeu uma grande influência no seu trabalho.

Não obstante, ao tentar igualar todos os cidadãos com vistas ao fortalecimento do Estado Nacional e de suas políticas, foram intencionalmente esquecidas as peculiaridades dos muitos Outros que compunham a República, minimizando e enfraquecendo políticas sociais com preocupações raciais de maneira constante. Teríamos exemplos suficientes para demonstrar que essa suposta identidade nacional jamais existiu e que, em alguns casos como é o do Racismo, não apenas se pode questionar a política de identidade nacional, mas também, e principalmente, o seu fundamento ideológico: a “democracia racial”.

2.4.

Identidades em construção

Podemos perceber diante desse quadro que a imagem do negro- mesmo tendo sido construída como uma mistura, ou miscigenada com todas as outras raças , branca e indígena , ficava claro que o negro era inferior, dotado de pouca inteligência, “quase um animal”, como alguns cientistas os viam. O termo “negro” começou a ser usado no Brasil a partir dos trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edson Carneiro, Manuel Querino e Gilberto Freyre. A palavra “negro”, utilizada por esses autores, carregava uma conotação ideológica e política, que começava a se formar no Brasil e designava a existência de uma cultura negra dentro da unidade brasileira. Por motivos como esse a obra de Nina Rodrigues viveu entre tensões. Pensar um negro pós-abolição e um negro como cidadão, não condizia com os estudos que até aquele momento estavam sendo desenvolvidos. Em sua obra **O problema da raça negra na América portuguesa** ([1906] 1977), aparece claramente esta dicotomia:

A escravidão se extinguiu, o negro é um cidadão como qualquer outro, e entregue a si poderia suplantando ou dominar o branco (...) mas, a raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontáveis serviços à nossa civilização (...) há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (Rodrigues In: Augras, 2003, 103).

Após o lançamento dessa, e de outras obras acadêmicas, seus contemporâneos já conseguiam perceber um “negro” mais assimilado ao “brasileiro”, como vimos na poesia de Ascenso Ferreira. Mesmo assim, a imagem do negro no Brasil não ia mais além do que a de um “bastardo” ou “mestiço”. Diante disso, percebemos que essa unificação se trata de

uma estrutura de poder cultural e que as culturas/identidades presentes na nação são permeadas por hierarquias. E, ao percebemos essa deformação, iremos repensar como esses indivíduos, antes ignorados pela unificação, vão reconstruir sua identidade, tanto individual, como coletiva.

Nesse caminho de construção de uma identidade negra, vamos perceber a dificuldade que os movimentos sociais negros encontram para mobilizar os indivíduos da população negra a pensar sua própria identidade. Dessa discussão, vemos nascer divergências ideológicas dentro do próprio movimento. Enquanto algumas correntes pensam em construir uma identidade “mestiça”, capaz de reunir todos os brasileiros, outras lutam por uma construção de uma consciência da afrodescendência através de várias identidades negras, constituindo uma sociedade mais plural e de identidades múltiplas. Alguns militantes usam o termo afrodescendente ou identidade afrodescendente para sugerir uma possível criação de um consenso e uma unidade através da idéia de tradição e descendência africana. Em toda a trajetória dos movimentos sociais negros, já foram usados termos como “negros”, afro-brasileiros e outros. Atualmente, grande parte dos militantes e estudiosos do tema no Brasil se alinha com a idéia de uma afrodescendência, porém essa terminologia vem mudando rapidamente nos últimos anos para “população negra”, no contexto do debate sobre a implementação de cotas raciais nas universidades brasileiras.

Vemos aqui duas possíveis propostas para uma transformação social que merece a nossa atenção. Com relação à construção de uma identidade “mestiça”, temos aqui um possível retrocesso no discurso da militância e, quiçá, “uma nova sutileza ideológica para recuperar a idéia de uma unidade nacional não alcançada pelo fracassado branqueamento físico” (Munanga, 2004, 16).

Em um primeiro momento se faz necessário percebemos que os brasileiros viveram muitas décadas sob a crença de uma “democracia racial” e, portanto, não seria necessário nos definirmos em termos de cores, tendo em vista sermos todos brasileiros. Diante disso, encontramos a dificuldade de se perceber uma identidade através da uma posição racial. O projeto de se pensar uma negritude no Brasil encontra barreiras no sonho construído pela democracia racial. Estamos diante de duas grandes dificuldades, que permeiam hoje os

estudos acadêmicos: pensarmos identidade como uma construção política e construirmos uma conscientização de que existem diversas e diferentes identidades dentro do país.

O trabalho da socióloga Elisa Larkin Nascimento (2003) nos traz uma percepção sobre a construção de uma identidade, que vai desde uma análise de um *self* - a partir da obra de Charles Taylor (2002) – até a percepção de uma identidade de grupo ou coletiva “o sujeito se constrói a partir de marcas diferenciadas provindas do outro” (Larkin, 2003, 32). Portanto, o indivíduo seria um ser incompleto, não tendo “uma identidade contínua, mas o fluxo de identificações, uma dinâmica em que o indivíduo interioriza atitudes, comportamentos e costumes apreendidos no meio social” (Larkin, 2003, 32), sendo completado pelas ligações inter-relacionais que se faz dentro da comunidade. O indivíduo vai se construindo a partir de suas referências culturais, das suas representações, contudo só formará uma identidade coletiva ao compartilhar suas construções com o Outro. Para Nascimento:

A identidade coletiva pode ser entendida como o conjunto de referências que regem os inter-relacionamentos dos integrantes de uma sociedade ou como o complexo de referenciais que diferenciam o grupo e seus componentes dos “outros” grupos e seus membros, que compõe o restante da sociedade (Larkin, 2003, 31).

Nos tempos atuais, e diante do processo da globalização, fica evidente que estudos sobre identidade e reconhecimento se fazem necessários para dar um maior entendimento dessas transformações.

O trabalho do sociólogo Manuel Castells, uma trilogia intitulada **A era da informação** (1999) nos esclarece alguns pontos ainda um pouco obscuros diante dessa nova forma de pensar a identidade frente à globalização. No segundo volume da trilogia **O poder da identidade**, Castells nos chama a atenção para três formas possíveis de associação identitárias, a saber: “identidade legitimadora”, “identidade de resistência” e “identidade de projeto”.

A incessante busca de se encontrar uma identidade negra pelos militantes dos movimentos sociais negros tanto americano quanto brasileiro se encaixa na teoria conceitual a cerca de uma identidade de resistência, pautada por Castells.

... Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que

permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos... (Castells, 1999, 24).

Essa tomada de consciência, em meados da década de 1970, foi fundamental para impulsionar os militantes na sua luta de resistência a um modelo de identidade única e eurocêntrica. No entanto, percebemos que hoje a proposta de uma identidade negra única também recairia em um universalismo utópico dentro da própria resistência. A população negra no Brasil não construiu uma única identidade, haja vista as demonstrações culturais diversas em cada Estado que tiveram influência de negros de diferentes grupos africanos, a saber, bantus, iorubas e jeje, entre outros. Ou seja, existem diversos “eus” formados dentro desses grupos. Por razões como essa, para garantir a sua efetividade, segundo Castells, as “identidades de resistência” precisam se transformar, também, em “identidades de projeto”. Vemos então que a construção de uma identidade racial não deve ficar presa a uma única percepção de cultura negra brasileira. Quando pensamos em “identidade de projeto”, segundo Castells, pensamos em uma diversidade na unidade. Não podemos cair na crença biologista de que o negro constrói uma única cultura. Para Munanga:

Assim como a identidade cultural se constrói com base na tomada de consciência das diferenças provenientes das particularidades históricas, culturais, religiosas, sociais, regionais, etc., se delineiam no Brasil diversos processos de identidade cultural, revelando um certo pluralismo tanto de negros, quanto de brancos e entre amarelos, todos tomados como sujeitos históricos e culturais e não como sujeitos biológicos ou raciais (Munanga, 2004, 32).

Percebemos em todo o correr do trabalho que as mudanças de conceitos influenciam diretamente na hegemonia das ideologias. A necessidade de ter o parecer científico a respeito de determinada situação social nos envolve há séculos e, no caso do Racismo, sabemos que várias atrocidades foram cometidas por causa da legitimação do poder/saber dos cientistas.

2.5.

Um campo de conhecimento científico

Em vista da percepção de que a ideologia racista permeia as ações e os discursos da sociedade, como podemos perceber essa realidade dentro das universidades?

A psicóloga Monique Augras ilustra muito bem esta realidade, em seu artigo intitulado **O terreiro na academia** (2003). Augras alega que “todo grupo social necessita legitimar os seus valores e representações, mediante a elaboração de instituições que lhe assegurem a excelência e a permanência ao longo do tempo” (Augras, 2003, 102).

O Racismo, como podemos observar nessa breve discussão inicial, se trata de um dos maiores entraves sociais – de longa duração. A ação racista permeia nossas vidas e dificulta uma possível convivência harmônica entre os indivíduos, dada sua permanência nas nossas relações sociais. “Como escreveu João Baptista Borges Pereira, entre as características do Racismo brasileiro, a ambigüidade é uma delas” (Pereira In: Munanga, 2004, 140).

A situação da população negra no Brasil foi estudada por muitas décadas, pesquisada e relatada em teses e livros por cientistas sociais, como já mencionamos anteriormente. Esses estudos nos trouxeram contribuições sobre aspectos de africanidade na construção da identidade nacional brasileira. Inicialmente, o que estava em jogo era o entendimento do negro africano, com o intuito de conhecer mais as nossas próprias questões raciais e a nossa construção de uma identidade nacional. Aqui, notamos que os estudos africanos e os estudos afro-brasileiros se confundiam, tendo em vista o olhar desses autores para a África. De uma forma diferente foram construídos os estudos de José Honório Rodrigues que tem em seu enfoque principal o olhar para a África em relação ao Brasil, fazendo uma clara distinção entre esses.

Diante disso, percebemos que antes mesmo do nascimento do que seriam os Centros de Estudos Africanos e Afro-brasileiros já haviam sido produzidas algumas décadas de pesquisas voltadas para essas temáticas. Porém, é bom esclarecer que essas ainda misturavam muito os “estudos africanos” (o negro brasileiro e os elementos de africanidade encontrados nele) com os estudos sobre a África. Foi no final da década de sessenta, devido aos interesses em solidificar as relações econômicas e socio-políticas entre o continente africano e o Brasil - conhecidas como relações Sul-Sul - que os estudos

africanos e afro-brasileiros passaram a ser realizados a partir dos núcleos acadêmicos. Mais especificamente foi na década de setenta que esses passaram a se consolidar nos campus das universidades.⁷

Aqui cabe ressaltar que, em meados da década de sessenta nasceu o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA). O nascimento do IBEAA concretizava as ações e reflexões que acadêmicos e políticos faziam naquela época para a contribuição na política externa do Brasil, no contexto da descolonização de África. Mas é no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) que a discussão feita por intelectuais e militância ocorreu no interior de um campus universitário pela primeira vez no Rio de Janeiro: o Conjunto Universitário Cândido Mendes. Neste trabalho nos referimos ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos como parâmetro para a nossa discussão, posto que o nosso recorte geográfico esteja limitado ao Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Beltrán (1986), a época do nascimento do CEAA registrava-se a existência de alguns núcleos desta natureza no Brasil.

Por ordem cronológica são: “Centro de Estudos Afro-Orientais” de Salvador (Bahia), “Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos” do Rio de Janeiro, “Centro de Estudo Africanos”, de São Paulo, “Centro de Estudos Afro-Asiáticos” do Rio de Janeiro, “Centro de Estudos Afro-Asiáticos” de Natal (Rio Grande do Norte), “Instituto Brasileiro de Cultura Luso-Afro-Asiática” do Rio de Janeiro e, por último, a “Fundação Cultural Yorubana Brasil-África” também do Rio de Janeiro (Beltrán, 1986, 25).

Portanto, os centros de estudos independentes, nesse primeiro momento, estavam ligados às temáticas relacionadas às relações políticas Brasil/África. Já os centros de estudos africanos e afro-brasileiros acadêmicos nasceram como unidades universitárias com o objetivo de promover um maior desenvolvimento científico sobre os estudos africanos e afro-brasileiros. Nesse caso, a idéia era se tornar uma fonte de conhecimento imprescindível “no estudo da identidade nacional do Brasil em tudo o que se refere à influência africana (cultura em geral, língua, religião, folclore, etc)” (Beltrán, 1986, 10).

Ainda na visão de Beltrán, existe uma diferença entre “estudos africanistas” e “estudos afro-brasileiros” que é necessário ser apontada, visto que, em muitos casos,

⁷ Para saber mais sobre os estudos africanos ler: José Maria Nunes Pereira Conceição. **Os estudos africanos no Brasil e as relações com a África** – um estudo de caso: O CEAA (1973-1986). São Paulo, 1991. (Dissertação).

ocorre uma confusão de nomenclatura em muitas das pesquisas que se desenvolviam nos estudos afro-íbero-americanos. De acordo com o autor:

Insistimos na necessidade dessa delimitação entre “estudos afro-brasileiros” e “estudos africanistas”, já que é muito freqüente na Íbero-América usar a segunda expressão indistintamente tanto para a pesquisa sobre a influência africana na América como para o que trata da África subsaariana. O caso inverso também tem ocorrido, incluindo-se sob a denominação “estudos afro-brasileiro” as contribuições africanistas (Beltrán, 1986, 10).

Apesar de existir essa diferença, principalmente no campo científico, esses estudos em geral estavam agrupados em um mesmo centro de estudos, exceção do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.

Se a nível institucional tem-se presente a distinção – especialmente a partir dos anos sessenta – o africanismo e os estudos afro-brasileiros permanecem geralmente agrupados numa mesma instituição ou organismo (Beltrán, 1986, 24).

Diante dessa realidade, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA surgiu no Rio de Janeiro como um ambiente propício à discussão e à formação de pesquisadores, bem como um lugar que iria desempenhar um papel fundamental e pioneiro de diálogo entre um campus universitário – o Conjunto Universitário Cândido Mendes – e uma nova militância social negra que surgia na década de setenta no Estado do Rio de Janeiro.

O CEAA desempenhou um papel fundamental na rearticulação política dos afro-descendentes e no conseqüente ressurgimento do movimento negro no Rio de Janeiro (Ramirez, 2000, 25).

É possível afirmar, portanto, que a universidade se encontra aqui não só como um universo detentor de conhecimento e saberes, mas também, como uma instituição gestora de políticas e um lócus de articulações de uma nascente elite intelectual negra. Esses agentes sociais, que compõe a militância social negra dessa década, caracterizam-se por sua atuação política frente aos movimentos de independência dos países africanos de língua portuguesa, a exemplo de Abdias do Nascimento (Ramirez, 2000, 25).

Como vimos, a universidade passou a atuar como um lócus de poder científico, fazendo com que a militância a percebesse como uma das ferramentas de legitimação do seu discurso. Estamos aqui, portanto, pensando a universidade como “campo de saber/poder científico”. Para tanto, precisamos definir o que entendemos como “campo científico”.

Na perspectiva de Bourdieu, “campo científico” é:

... o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (Bourdieu, 2004, 20).

Portanto, como unidade geradora e mantenedora dos saberes científicos, a universidade se apresentava para a militância social negra como um campo científico do qual emanava poder e no qual se estruturavam os estudos das relações raciais brasileiras. Ainda para Bourdieu:

... no domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de **objetos importantes**, isto é, o **conjunto das questões que importam** para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços, e assim posso dizer, “**compensar**”, determinando uma concentração de esforços de pesquisa (Bourdieu, 2004, 25). [Grifos nossos].

Portanto, o que podemos perceber é que a universidade constitui um feixe de campos de conhecimento científicos e, neste conjunto, os núcleos acadêmicos de estudos afro-brasileiros – nosso objeto de estudo – seriam o que estamos chamando de “sub-campo de conhecimento científico”. Seria através deles que seriam visibilizados os discursos dos seus agentes sociais. Ademais, será através de um olhar sobre esses sub-campos de conhecimento que estaremos tentando entender as relações sociais e raciais que co-existem dentro e fora da universidade, bem como a receptividade da própria academia para esse tipo de estudos e pesquisas.

Em nossas pesquisas, percebemos que todos os agentes que participam dos centros de estudos afro-brasileiros já estavam previamente envolvidos com a temática das relações raciais em suas pesquisas individuais. Entretanto, também foi possível perceber que foi a partir da construção desses núcleos – ou sub-campos de conhecimento científicos – que essas pesquisas ganharam maior relevância sócio-política, dentro e fora do campus, a partir da possibilidade de articulação com outras pesquisas e atividades docentes, além do diálogo com outras vozes, não necessariamente acadêmicas, o que significa dizer “poder” em todas as instâncias. Desta forma, defendemos como uma das nossas hipóteses centrais, que a produção desses núcleos foi apropriada pelos discursos da militância social negra, transformando-se assim em ferramentas de combate ao Racismo.

Diante disso, podemos afirmar que a produção de conhecimento científico dos núcleos de estudos afro-brasileiros – os NEAB’s - é uma das mais importantes evidências

documentais da resposta da universidade às demandas e questionamentos que emanam da sociedade e suas agências no que se refere às questões raciais. Nesse sentido, os NEAB's constituem um espaço gerador de conhecimento e categorias que refletem a posição da universidade em relação às questões da população negra. E, por ser um espaço de formação de conhecimento é também um

... terreno de luta por uma política de representação que envolve como os/as afro-brasileiros, as suas problemáticas e os diferentes aspectos das suas realidades estão sendo nomeados, posicionados, desejados e descrito (Segura-Ramirez, 1998, 11).

Nessa perspectiva, os NEAB's são espaços de produção de conhecimento coletivo, ou sub-campos de conhecimento científico dos quais emanam poder, e também lugares de enfrentamentos e tensões pessoais ou coletivas, que ocorrem dentro e fora do campus universitário. Para Bourdieu, “todo campo é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (Bourdieu, 2004, 22).

É no interior desses núcleos que atuam os pesquisadores que estamos chamando de “agentes sociais”. De acordo com Segura-Ramirez, os agentes são “indivíduos imersos em uma rede de relações objetivas, que existem independentemente da consciência e da vontade individual” (Segura-Ramirez, 2000, 12). Estabelecendo um diálogo com Bourdieu, podemos pensar que essas “redes de relações objetivas” estão inseridas nos campos de luta e poder que constituem os NEAB's.

As posições no campo definem-se objetivamente na sua existência e nas determinações que impõem aos seus ocupantes, sejam estes agentes ou instituições, pela sua situação (sítus) atual e potencial na estrutura da distribuição dos diferentes tipos de poder (ou de capital) – cuja posse implica o acesso aos ganhos específicos que estão em jogo no interior do campo – e pelas suas relações objetivas com as outras posições (Bourdieu e Wacquant In: Segura-Ramirez, 2000, 13).

Conflitos de poder, lutas internas, mudanças de interesses sócio-políticos, priorização de conteúdos, parcerias institucionais e financiamentos de agências de fomento, entre outros são assuntos que serão comentados neste trabalho a partir da reconstrução da história dos núcleos de estudos afro-brasileiros das universidades do Rio de Janeiro.

Por último, e não com menor importância, iremos focar nossas observações a partir da idéia de capital: simbólico, cultural e social. Como analisa Bourdieu, esses três tipos de capital são de grande relevância no campo acadêmico.

... o capital simbólico, que se refere ao grau de prestígio, celebridade e honra acumulados e que estão baseados na dialética do conhecimento e do reconhecimento; o capital cultural, que se refere às formas de conhecimento cultural e à competência necessária para agir no campo; e o terceiro, o capital social, isto é, as relações que possam ter um agente com outros agentes, com diferentes grupos sociais e instituições. (Bourdieu In: Segura-Ramirez, 2000, 13).

Sobre essas formas de capital nos fala Rosana Heringer quando s conta sobre a disputa que havia entre os diferentes interesses dentro do CEAA, “... havia uma disputa terrível que era política, que era de egos, que era de recursos, que era de prestígio interno dentro da universidade. Um clima muito difícil de relacionamento”.⁸

Ademais, encontramos em nossa pesquisa uma relação - construída na década de setenta pelo CEAA - dos NEAB's com a militância social negra. Vale lembrar que a militância social negra não surgiu nesse momento. Como aponta Elisa Nascimento, “o movimento negro surge no início do século XX como herdeiro e continuação de uma luta já em movimento desde os primórdios da constituição do Brasil” (Nascimento, 2003, 222). Porém, como estaremos trabalhando principalmente a partir da década de setenta, adotaremos a perspectiva do discurso da militância social negra de então, que se autodefinia na época como:

... todas as manifestações organizadas por afro-brasileiros, com o objetivo de divulgar a sua cultura, escrever a verdadeira história do Brasil, denunciar e resistir ao racismo, valorizar o **homem** negro (pessoa humana) além de outros meios adequados à luta pela sua identidade e para ser respeitado (Moura In: Segura-Ramirez, 2000,15).

Concluindo, acreditamos que a criação dos NEAB's constituiu uma grande mudança nas atividades das universidades e uma importante contribuição para as discussões e demandas levantadas pelos movimentos sociais negros e para a sociedade. Desde a década de 70, esses núcleos atuam, e atuam, diante de tensões, como uma voz coletiva, tanto dentro da academia, quanto fora dela. No contexto dos NEAB's, os movimentos sociais negros dialogam com outras vozes que se mantêm em contato com esses núcleos, ampliando seus horizontes e perspectivas. Entretanto, essa relação nem sempre é harmoniosa, posto que esses campos de lutas não estejam isentos dos seus próprios conflitos internos.

⁸ Entrevista realizada em nove de fevereiro de 2006.

Esses novos discursos se ampliam dentro da própria universidade a partir da criação de novos cursos e da sua produção acadêmica e se dirigem a todos aqueles que buscam reinterpretar sua(s) identidade(s). Como assumimos anteriormente, os núcleos de estudos afro-brasileiros – os NEAB's – se constituem como um sub-campo de conhecimento científico, na medida em que almejam discutir e repensar os estudos sobre a população negra e sua situação no país. Acreditamos que a produção acadêmica construída a partir dessas discussões, dentro das suas linhas de pesquisas, produz importantes ferramentas de combate ao Racismo que, como vimos, é uma estrutura de “longa duração”.

Aceitamos que nas sociedades contemporâneas o conhecimento constitui um princípio de hierarquização social tão importante quanto a propriedade. Portanto, deter conhecimento significa ter poder. Acreditamos que o saber/poder gerado pelos NEAB's pode se constituir em uma poderosa ferramenta para o enfrentamento do Racismo no Brasil.

2.6 Enxergando o “racismo acadêmico”

Diante das idéias expostas até o momento no presente estudo, podemos entender os NEAB's como um espaço de inclusão do negro, em um universo no qual a exclusão racial é notória: a academia brasileira. Além disso, os NEAB's recuperam, de certo modo, uma herança das lutas dos movimentos sociais negros que ressurgiram a partir dos anos 1970, questionando também o suposto “universalismo democrático” da academia. Na realidade, esse “universalismo” artificial funcionava como uma forma de evitamento das discussões sobre algumas questões sociais que estavam presentes na academia e na sociedade, tais como as identidades de gênero e de “raça” e/ou étnica, para citar apenas as mais importantes. Nessa medida, desde o seu aparecimento na década de 1970, os NEAB's têm se constituído como uma oportunidade de romper com o “racismo acadêmico” no Brasil.

Vale ressaltar que o termo “racismo acadêmico” não é um conceito e sim uma nomeação criada, cujas idéias foram usadas em um contexto específico - um incidente na Universidade de Brasília, UNB - mas que nos apropriamos e transportamos para o contexto histórico das universidades cariocas, em uma tentativa de iluminar as discussões propostas neste estudo.

De acordo com José Jorge de Carvalho (2005), o “racismo acadêmico” corresponde ao “silêncio” que as universidades mantêm sobre a questão das desigualdades raciais. Nesse contexto, a simples existência de um NEAB já constitui uma contribuição para o enfrentamento do Racismo, na medida em que representa um esforço da universidade de romper com estes mecanismos de evitamento e de silenciamento históricos. Além disso, ainda a respeito do papel tradicionalmente desempenhado pela academia brasileira, Carvalho sustenta que:

... a academia tem uma responsabilidade direta na reprodução do imobilismo diante do racismo universitário pelo fato de que muitos dos discursos que negam o racismo e que produziram a ideologia do convívio inter-racial harmônico no Brasil foram produzidos por acadêmicos, no interior das instituições acadêmicas (em aulas, conferências, encontros das comunidades científicas, etc.). Ou seja, afirmar que a academia não tem sido ativa, ou que tenha se omitido a opinar sobre discriminação racial, é contar a história pela metade: pelo contrário, ela tem contribuído para a reprodução da exclusão racial no Brasil simplesmente por desestimular a disseminação dos argumentos anti-racistas, seja por impedi-los de vir a público, seja por combatê-los através de subterfúgios a cada vez que são colocados na arena institucional. (Carvalho, 2005, 76).

Para esse autor, o silêncio mantido pela academia brasileira sobre o Racismo tem os mesmos efeitos que outrora tiveram as leis de segregação racial nos Estados Unidos, país que os intelectuais brasileiros costumeiramente utilizam como contraponto das relações raciais, supostamente democráticas, do Brasil.

O conceito de Racismo, no sentido comum, “está associado a um incidente singular de abuso verbal ou físico a uma pessoa negra” (Carvalho, 2005, 76). Dessa maneira, o enfrentamento do Racismo no Brasil pode facilmente se reduzir a uma vigilância na esfera jurídica, pela proteção do negro brasileiro contra formas explícitas de agressão, o que é insuficiente. Por essa razão, o conceito de Racismo, “não deve ser entendido como um conceito apenas jurídico. Não devemos aceitar que o conceito de racismo seja expropriado pelo idioma jurídico, pois isso pode esvaziar o conteúdo político do termo”.(Carvalho, 2005, 77). O caráter de luta política a que Carvalho se refere está claramente colocado como um desafio para os NEAB’s no cumprimento de sua missão de enfrentamento do Racismo no Brasil.

Uma das evidências mais contundentes da existência do “racismo acadêmico” pode ser percebida pelo baixo número de profissionais negros com curso superior e pela sua ausência nos corpos discentes das universidades brasileiras. Embora a população negra

corresponda a 42,8% da população total brasileira hoje, os negros – classificados como pretos e pardos pelo IBGE – ocupam apenas dois por cento das vagas nas universidades brasileiras⁹. Sob este aspecto, as políticas de ações afirmativas se apresentam como uma outra importante avenida aberta para a superação do “racismo acadêmico” e, conseqüentemente, do Racismo no Brasil. Não é por acaso que o NIREMA, bem como o CEAB, antes do seu fechamento, ocupam-se principalmente de duas questões: Racismo e ações afirmativas, como demonstram as pesquisas que vem sendo realizadas pelo núcleo, de acordo com a entrevista da Dra. Elielma Machado (Entrevista, 2005).

As raízes das desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira não devem ser buscadas apenas na experiência da escravidão, como preferem sustentar alguns conceituados autores brasileiros. Embora aceitável, essa explicação é parcial e serve apenas para acobertar o fato de que o Racismo – e entre eles o “racismo acadêmico” – não é uma mera ‘herança’ da escravidão, mas ganhou uma nova função no momento da constituição da sociedade de classes no Brasil após a abolição. Como uma estrutura de longa duração, o Racismo serve justamente para manter as distinções na sociedade de classes e suas decorrentes diferenças de direitos e oportunidades. O Racismo, segundo Hasenbalg (1979), é uma forma de manutenção das desigualdades na sociedade brasileira.

Como diretor e pesquisador de um NEAB, além de ser uma importante referência para o estudo das relações raciais no Brasil, Hasenbalg prestou uma importante contribuição para essa discussão, ao defender o uso da categoria de identificação racial “negros”, em uma academia que preferia lidar com a idéia de democracia racial brasileira até meados da década de 1980. É a essa idéia que a Dra. Joselina da Silva (Entrevista, 2005) regressa insistentemente, utilizando a expressão “neofreiriana” como uma forma de denúncia da permanência do mito da democracia racial, ou seja, do Racismo na academia brasileira.

A respeito das denominações raciais, é bom lembrar que é fato que apareceram mais de 100 categorias para não-brancos no Brasil, mas essas foram encontradas em apenas seis por cento da população brasileira. Os outros 94% se auto-identificaram perfeitamente com as denominações clássicas do IBGE: preto, pardo, branco, indígena e amarelo. Assim,

⁹Ver in www.ibge.gov.br

... em geral, o que fazem os defensores da mestiçagem cordial é sobrevalorizar a presença dessa variedade de nomes e silenciar sistematicamente a baixa porcentagem das pessoas que os utilizam quando perguntadas formalmente por sua classificação racial (Carvalho, 2005, 43).

Para se entender o papel político dos NEAB's, é preciso compreender que certos temas relativos à “questão racial” entraram na agenda política brasileira a partir dos anos 1990, por pressão dos movimentos sociais negros. Esse faz parte de um movimento social mais amplo, que não deve ser minimizado, pela defesa das políticas de ação afirmativa para negros e indígenas na sociedade brasileira. Como já vimos anteriormente, desde meados da década de 1990 os movimentos sociais negros pautaram como prioritária a luta pela implementação de políticas de ações afirmativas no ensino superior e pela construção da identidade afrodescendente brasileira, a partir do ensino fundamental e médio, com a inclusão de estudos sobre história e cultura dos povos africanos e da diáspora.

Nosso interesse especial pelo tema das políticas de ação afirmativa se justifica na nossa convicção de que a partir dessa discussão poderemos ter uma melhor compreensão da questão racial na sociedade brasileira contemporânea e, conseqüentemente, do papel dos NEAB's. Como já dissemos anteriormente, esse tema vem ganhando relevância política e, conseqüentemente, espaço nos meios de comunicação, porém ele é tratado de maneira ideológica e muitas vezes de forma distorcida. Consideradas simplesmente como um programa de “cotas para negros”, as políticas públicas de ações afirmativas no Brasil têm sido discutidas com um tom simplificador e depreciativo do negro brasileiro. Em realidade, as “cotas” constituem apenas uma parte de uma proposta maior de política de ações afirmativas, sem se reduzir a elas. Apesar da controvérsia criada a “cota”, enquanto um mecanismo de política de ação afirmativa, é uma forma de combater o Racismo no Brasil, ao enfrentar uma face do “racismo acadêmico”, qual seja: a ausência da população negra nas instituições de ensino superior do Brasil. Ela visa complementar às políticas públicas de caráter universalista, na medida em que essas não dão conta da complexidade social em alguns aspectos, e particularmente na questão das desigualdades raciais. As políticas universalistas são um conjunto de medidas cujos objetivos são atender a toda uma população, entendida através do conceito de “povo”, isto é, de modo homogêneo, não levando em conta as diferenças concretas de uma determinada sociedade. Mas as políticas

de ações afirmativas buscam apenas completar as políticas universalistas, e não substituí-las, como a radicalização do debate pode fazer crer.

As ações afirmativas que também podem ser entendidas como uma forma de “discriminação positiva” são um conjunto de políticas públicas e/ou privadas, que visam combater discriminações de raça, gênero e etnia nos diversos setores da sociedade, tais como: o mercado de trabalho, o sistema educacional, as representações políticas e outros. Essas são um conjunto de medidas especiais de caráter temporário, implementadas pelo Estado com o objetivo de eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, para compensar perdas provocadas pela discriminação (Guimarães, 2004). Seu objetivo principal é o de combater os efeitos acumulados devido às discriminações ocorridas no passado, com a intenção de universalizar a concorrência, e de garantir condições igualitárias de competição. Nesse contexto, não podemos esquecer que dada à permanência do Racismo no Brasil como uma estrutura de longa duração, a população negra brasileira acumula desvantagens sociais e econômicas ao longo de décadas, se pensarmos apenas no negro pós-abolição, como sugere Hasenbalg.

Historicamente, o conceito de ações afirmativas ganhou corpo a partir dos anos 1960, com seu surgimento nos Estados Unidos no bojo da luta pelos direitos civis.¹⁰ Contudo, e para que o debate sobre relações raciais não se reduza mais uma vez à comparação entre as experiências brasileira e americana, é importante ressaltar que há outras experiências de aplicação de ações afirmativas no mundo contemporâneo. Países como Índia, Canadá, Malásia, Austrália, Nova Zelândia e outros que, após o processo de emancipação política das nações européias ao longo do século XX, também buscaram formas de atenuar as desigualdades existentes entre diferentes grupos étnicos utilizando políticas públicas de ações afirmativas.

No Brasil, a proposta de ações afirmativas começou a ser construída por alguns setores dos movimentos sociais negros na década de 1990. Em 1995, foi realizada em Brasília a “Marcha contra o Racismo, pela cidadania e a vida”, a partir da qual alguns

¹⁰ O então presidente J.F. Kennedy estabeleceu uma Comissão Presidencial pela igualdade no emprego. Essa ordem executiva obrigava as empresas a desenvolver metas e cronogramas para a admissão de negros e de mulheres nas empresas.

representantes da sociedade civil encaminharam um documento ao Governo Federal contendo uma série de reivindicações para a promoção da inclusão social (Malaquias, 2000). Em resposta a isso, foi constituída uma comissão denominada “Grupo de trabalho para a eliminação da discriminação no emprego e na ocupação” (GTEDEO). A intenção dessa comissão era elaborar políticas na área social voltadas especificamente para a população negra. Muito embora não tenham sido aprovadas até o momento leis de ação afirmativa no Congresso Nacional que tenham como critério principal a raça/cor do cidadão brasileiro, algumas instituições e/ou ministérios governamentais tomaram medidas independentes, embora isoladas, mas de grande avanço para que fossem criados espaços de debates sobre esta temática.¹¹

Os NEAB’s – dentre eles o CEAA, o CEAB e o NIREMA - devem ser pensados a partir do conhecimento deste panorama geral das relações raciais no Brasil. Eles foram criados no contexto - e são uma parte importante - de um longo processo de lutas e conquistas dos movimentos sociais negros em busca de garantir os direitos de cidadania e o reconhecimento para a população negra brasileira, como autora da sua história e não mais como objeto de uma sociedade que a discrimina.

Entretanto, é importante que tenhamos em mente os seus limites intrínsecos, pois há uma grande diferença entre os NEAB’s e as instituições dos movimentos sociais negros. É sobre essa diferença que nos alerta a Dra. Joselina da Silva quando diz: “tem que fazer pesquisa isenta (...) cada um tem seu lugar” (Entrevista, 2005), pois essa divergência implica em tensões no interior dos núcleos. Sobre estas tensões nos fala a Dra. Rosana Heringer, quando comenta que a sua articulação com os movimentos sociais negros, enquanto pesquisadora de um NEAB, cobrou os seus preços, pois: “a gente acabava sendo um ator político, embora tenha que ter muito cuidado com isso. A gente se desqualificava como acadêmico” (Entrevista, 2005).

¹¹ A primeira medida foi tomada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA (Portaria 222 de 28/09/2001). O Projeto “Raça e Etnia” estabelece uma cota mínima de 20% de funcionários negros para as empresas prestadoras de serviços ao Ministério. O Supremo Tribunal Federal (STF) foi a segunda instituição pública a adotar as cotas raciais, como parte das políticas de ações afirmativas no mercado de trabalho. Seguindo o MDA/INCRA, que adotou o mínimo de 20% de funcionários negros na Corte Suprema e a exigência de metas das empresas prestadoras de serviço à instituição pública de estabelecer metas de, no mínimo, 20% de negros nos seus quadros de empregados.

Estamos convencidos de que os NEAB's representam um espaço de luta contra o "racismo acadêmico", contra o silenciamento e a invisibilização sistêmicos que, como sustenta Carvalho (2005), funcionam como poderosas ferramentas de manutenção do Racismo na sociedade, e no interior dela, na universidade brasileira. Embora, como já se viu anteriormente, se possam fazer muitas ressalvas ao alcance da reflexão sobre relações raciais que a academia através dos NEAB's pode fazer, ou tenha feito, é inegável o fato que esses núcleos podem prestar serviço relevante aos movimentos sociais negros em pelo menos duas frentes.

De um lado, como um sub-campo do conhecimento científico, os NEAB's produzem conhecimento sobre as "relações raciais" que pode, deve e tem sido apropriado pelos movimentos sociais negros na construção de um capital simbólico para a população negra brasileira. Essa é, sem dúvida, uma importante ferramenta para o enfrentamento do Racismo no Brasil.

O que queremos dizer com isso?

Mostrar que os NEAB's assim como a militância social negra, que ressurgiu na década de 1970, são parte constitutiva das novas agências que entraram na cena política nacional a partir de então, ganhando força e importância na década seguinte. Além disso, esses núcleos estão intimamente associados a uma revisão da História e das Ciências Sociais brasileiras sobre relações raciais. As mudanças temáticas implementadas no CEEA a partir da chegada de Carlos Hasenbalg constituem uma evidência inequívoca dessa orientação. As escolhas temáticas na fundação do NIREMA, enfatizando direitos de cidadania e história e cultura afrodescendente, passaram a ser centrais na agenda dos movimentos sociais negros, mostrando assim uma outra clara evidência da articulação entre construção de conhecimento na academia e a luta pela redução das desigualdades raciais no Brasil. Portanto, assumimos que os NEAB's podem contribuir para o enfrentamento do Racismo na medida em que se posicionem contra argumentos e práticas racistas através de produção científica e intelectual. E, de fato, a história mostra que eles o têm feito pelo menos há duas décadas.

Por outro lado, funcionando como locus de articulação entre a universidade e os movimentos sociais negros, os NEAB's também prestam serviço aos movimentos sociais negros, por se constituírem como territórios de referência para os estudantes negros, que

começam a chegar à universidade no contexto de aplicação das políticas de ações afirmativas. Essa é uma das principais características do NIREMA, cuja própria fundação decorreu mais da presença deste novo público na PUC-Rio do que do acúmulo acadêmico de discussão sobre relações raciais no Brasil. Embora a história tenha sido diferente na Universidade Cândido Mendes, sede do CEAA e do CEAB, o papel de lócus de articulação política desses núcleos também é verdadeiro e relevante, como já foi comentado anteriormente. Em um território “de brancos”, como é a universidade brasileira, é de grande importância política que existam NEAB’s, nos quais os estudantes negros possam encontrar oportunidades para a construção de identidade; para a sua capacitação como construtores de conhecimento, e para “enxergar” e enfrentar as dissimulações de práticas racistas. Para José Jorge de Carvalho:

... o meio universitário (...) é marcado pelo autocontrole e a dissimulação das intenções. A dimensão competitiva é explícita em suas metas e mais contida em suas manifestações que em outras esferas da vida social, como no mundo do esporte, da iniciativa privada, da mídia etc. Assim, um professor pode minar a auto-estima de um aluno de um modo quase definitivo com um mínimo de ênfase e sequer deixando rastro ou consciência externa de sua ação. E um pequeno conflito ou mero desentendimento no interior dessa hierarquia – às vezes uma única frase – pode facilmente produzir efeitos devastadores, dada a natureza extremamente delicada, incerta e instável que é a relação de um aprendiz com um objeto de conhecimento (Carvalho, 2005, 77-8).

Acreditamos que o diferencial dos NEAB’s como um sub-campo de conhecimento científico, tornando-os um privilegiado lócus da produção sobre as relações raciais no Brasil, é o seu caráter coletivo e interdisciplinar. Por estarem no interior das universidades, um espaço de maior legitimidade e prestígio quanto à produção de conhecimento sobre as relações raciais, em comparação com as instituições dos movimentos sociais negros, os NEAB’s conseguem enfrentar questões que esses últimos não teriam ferramentas para enfrentar.

Mas é sempre bom lembrar que permanece na universidade uma avaliação depreciativa da relação entre a construção de conhecimento acadêmico e a militância social, como se a segunda “contaminasse” perigosamente a seriedade da primeira. É dessa relação que nos fala com clareza a pesquisadora Rosana Heringer, e da qual buscam se distanciar os pesquisadores Joselina da Silva e Osmundo Pinho, como já foi visto.

Os NEAB’s têm contribuído para problematizar a suposta “neutralidade científica” no que se refere às relações raciais no Brasil, o que funciona como uma ferramenta para o

enfrentamento do “racismo acadêmico”. Não é por acaso que as discussões sobre políticas de ações afirmativas, quase invariavelmente, estão ocorrendo entre professores e/ou alunos egressos ou participantes de esses núcleos. Na academia, foi a partir dos NEAB’s que o tema das “cotas”, independentemente das posições quanto à sua adoção, começou a ser pensado em profundidade e ser tratado com seriedade. Uma evidência disso é que:

O debate das cotas politiza, portanto, o espaço acadêmico e exige um posicionamento claro de todos os que dele participam. Já não é mais possível invocar o argumento da neutralidade científica ou do desconhecimento. E posicionamento implica não somente em reconhecer-se como um indivíduo que pertence a algum grupo étnico ou racial, mas também passar a ver o mundo a partir do lugar em que se vive. Diante desse quadro de racismo tão evidente, ou somos coniventes com a sua reprodução, ou nos engajamos em alguma atividade dirigida a combatê-lo (Carvalho, 2005, 9).

Os NEAB’s têm atuado desde o surgimento do primeiro deles na cena universitária do Rio de Janeiro – o CEAA - como um espaço de reflexão e de ação que engaja pesquisadores e militantes em “alguma atividade dirigida” a combater o Racismo no Brasil.

E se é certo que a universidade brasileira é historicamente um espaço “dos brancos”, é também verdade que os NEAB’s estão cada vez mais enfrentando o “racismo acadêmico”, ao contribuir para que a academia o “enxergue”.